

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO NOS CURSOS DE SECRETARIADO EXECUTIVO

Luciana Nunes de Oliveira - luciana@ufsm.br – UFSM
Pablo Pedrosa Teixeira de Oliveira - pablo.oliveira@yahoo.com.br – UNIFEI

RESUMO

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido usado em diferentes contextos desde sua divulgação em 1897 pelo relatório Brundtland (também conhecido como relatório “Nosso Futuro Comum”) da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Atualmente, são várias as definições de desenvolvimento sustentável. Tendo em vista que a Educação constitui um dos principais motores da construção de um futuro sustentável, as Instituições de Ensino Superior (IES) precisam preparar os futuros profissionais para que os mesmos possam atender a demanda do mercado. E isso significa que disciplinas voltadas para o desenvolvimento sustentável precisam estar inseridas nas matrizes curriculares dos cursos. Com isso, o objetivo do presente estudo é verificar se os cursos de graduação em Secretariado Executivo possuem disciplinas que capacitam a formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Foi realizada uma pesquisa descritiva que contou com a amostra de oitenta e seis cursos de Secretariado Executivo. Conclui-se que apenas vinte e sete possuem disciplinas relacionadas à educação para a sustentabilidade.

Palavras chave: Educação para o desenvolvimento sustentável. Educação ambiental. Secretariado executivo.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido usado em diferentes contextos desde sua divulgação em 1897 pelo relatório Brundtland (também conhecido como relatório “Nosso Futuro Comum”) da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Atualmente, são várias as definições de desenvolvimento sustentável.

Nesta corrente, os gestores viram-se pressionados a introduzir o tema em suas empresas e na maneira como estavam administrando seus negócios. Assim, não só os gestores precisavam ter conhecimento do tema, mas toda a equipe. Muitas empresas passaram a adotar como missão, visão e metas um plano de trabalho voltado para ações sustentáveis, na tentativa de gerir seus processos de forma mais limpa e ecologicamente correta.

Tendo em vista que a Educação constitui um dos principais motores da construção de um futuro sustentável, as Instituições de Ensino Superior (IES) precisam preparar os futuros profissionais para que os mesmos possam atender a demanda do mercado. E isso significa que disciplinas voltadas para o desenvolvimento sustentável precisam estar inseridas nas matrizes curriculares dos cursos.

Com a presença constante nas discussões, em diversos aspectos, e em grande número de estudos, disciplinas que envolvem a questão socioambiental estão cada vez mais presentes nos currículos de vários cursos de graduação e formação profissional, principalmente naqueles com características multidisciplinares, como os cursos nas áreas de ciências humanas.

É neste momento que o profissional de Secretariado Executivo passa a ser questionado sobre suas capacidades de trabalhar com ações sustentáveis, já que o mercado começara a exigir este perfil. Com isso, a questão que o presente estudo pretende responder é: **os cursos de graduação em Secretariado Executivo possuem disciplinas que capacitam a formação de**

profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável? Com a análise feita na pesquisa, busca-se demonstrar se os mesmos proporcionam aos seus estudantes o conhecimento e o preparo necessário para lidar com questões que possam vir a surgir no desempenho das atividades do profissional de Secretariado frente aos desafios propostos pela dinâmica organização x sociedade.

Com a finalidade de responder a questão apresentada, o estudo está dividido em três partes, além das considerações finais. Inicialmente é feita uma revisão de literatura. Logo após o método é apresentado. Em seguida, a análise e discussão dos dados são realizadas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com Kraemer (2004), o modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios, fazendo com que se consolidasse a percepção de que é imperativo o desenvolvimento, mas sempre em harmonia com as limitações ecológicas do planeta, ou seja, sem dizimar o ambiente, para que as gerações futuras tenham chance de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades (melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência).

Diante disso, o debate da gestão social e das questões ambientais vem ganhando crescente importância no contexto organizacional, público ou empresarial, em razão dos constantes alertas de cientistas e de organismos multilaterais sobre as consequências da má gestão ambiental, além da percepção dos gestores de que o tema será importante para a decisão dos consumidores (MAZZA *et al*, 2011).

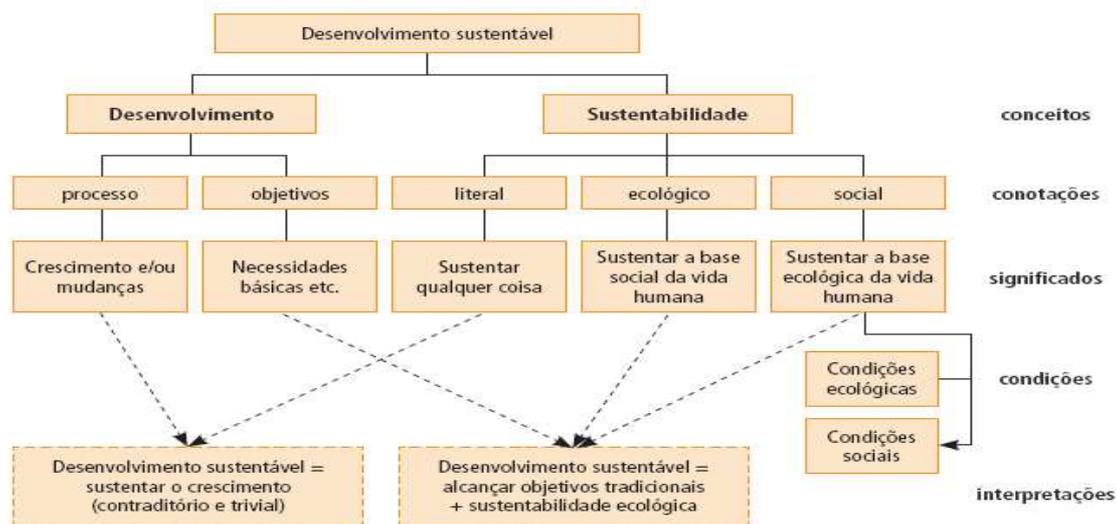
Com isso, neste capítulo será revisada a literatura concernente ao desenvolvimento sustentável, educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável. Além do papel das instituições de ensino superior com o DS.

2.1 Desenvolvimento sustentável

O relatório Brundtland (também conhecido como relatório “Nosso Futuro Comum”) lançado em 1987 pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), veio atentar para a necessidade de um tipo de desenvolvimento capaz de beneficiar todo o planeta. Este relatório difundiu a ideia de que o desenvolvimento sustentável “é aquele desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem colocar em risco a satisfação das necessidades das futuras gerações” (WORLD COMMISSION ENVIRONMENT DEVELOPMENT, 1987).

De acordo com Sneddon, Howarth e Norgaard (2006), o Relatório Brundtland é o ponto de partida mais amplamente aceito pelos estudiosos e profissionais envolvidos com o meio ambiente e os dilemas do desenvolvimento. Os mesmos autores afirmam que o relatório estabeleceu o desenvolvimento sustentável como um componente do desenvolvimento dos pensamentos e das práticas internacionais. Ele também ajudou a desencadear o que muitos discutem hoje, que são os objetivos do desenvolvimento sustentável: a melhoria do bem-estar humano, a distribuição mais equitativa dos benefícios de utilização dos recursos através e dentro das sociedades e o desenvolvimento que garanta a integridade ecológica.

Entretanto, Lélé (1991, p. 61) *apud* Barbieri, Silva (2011, p. 18) advertia sobre o uso indiscriminado da expressão desenvolvimento sustentável em uma época em que ainda não havia se tornado popular, como hoje se observa. As diversas interpretações desta expressão estão representadas na Figura 1.

Figura 1 – Desenvolvimento sustentável: conceitos, significados e interpretações

Fonte: Lélé (1991, p. 608) *apud* Barbieri, Silva (2011, p. 19)

Ainda seguindo as ideias de Lélé (1991, p. 61) *apud* Barbieri, Silva (2011, p. 18), desenvolvimento sustentável é um

metaobjetivo que une todo o mundo, do industrialista, com sua mente voltada para o lucro, ao agricultor de subsistência, que minimiza os riscos de sua atividade, ao trabalhador e aos programas sociais ligados à busca de equidade com o indivíduo do primeiro mundo, preocupado com a poluição ou com a vida selvagem, bem como o formulador de políticas públicas maximizadoras do crescimento, o burocrata orientado por objetivos e, por conseguinte, o político interessado em votos.

Para Almeida e Kautzmann (2012), os modelos de desenvolvimento propostos pelos países desenvolvidos legaram-nos uma situação socioambiental insustentável, conforme as conclusões da Rio-92. Sendo que, segundo os autores, para reverter tal situação, a promoção da sustentabilidade “salta da utopia para assumir o papel de estratégia para sobrevivência da espécie humana, buscando na Educação Ambiental (EA) um importante instrumento de materialização na busca de um novo paradigma, de um novo estilo de vida” (ALMEIDA, KAUTZMANN, 2012, p. 2).

Diante do exposto acima, conclui-se que a crise ambiental requer também soluções educacionais que se caracterizem em mudanças de hábitos, de valores e de atitudes. Debates sobre o meio ambiente e a sustentabilidade nos direcionam a formar profissionais que compreendam e, principalmente, tenham atitudes proativas nessa discussão (ALMEIDA, KAUTZMANN, 2012).

Com isso, para Tauchen e Brandli (2006, p. 1), o papel de destaque assumido pelas IES no processo de “desenvolvimento tecnológico, na preparação de estudantes e fornecimento de informações e conhecimento, pode e deve ser utilizado também para construir o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e justa”.

2.2 Educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável

Para Kraemer (2004, p. 6), a educação ambiental é “parte vital e indispensável na tentativa de se chegar ao desenvolvimento sustentável, pois é a maneira mais direta e funcional de se atingir pelo menos uma de suas metas: a participação da população”.

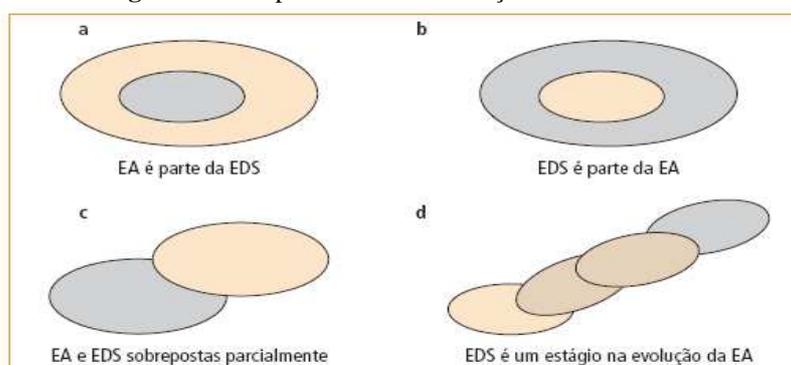
Para Almeida e Kautzmann (2012, p. 10), com relação ao aspecto ético da EA, pode-se concluir que a conduta ética passa a ser, entre os educadores, “uma questão central, em que os modelos de desenvolvimento sustentáveis contenham valores que reafirmem a indissociabilidade entre o social, o ambiental e o econômico”.

De acordo com Barbieri e Silva (2011, p. 62)

educação para a sustentabilidade, educação para um futuro sustentável, educação para o desenvolvimento sustentável passaram a ser expressões usadas como sinônimas nos documentos da ONU e da Unesco a partir de então. Como diz um documento da Unesco de 1997, as raízes de uma educação para o desenvolvimento sustentável estão firmemente implantadas na EA, que, em sua breve trajetória, se esforçou para alcançar metas e resultados similares aos inerentes ao conceito de desenvolvimento sustentável, e compreendem um amplo espectro de dimensões ambientais, sociais, éticas, econômicas e culturais. Esse documento dá a entender que a EDS é uma evolução da EA.

No presente estudo, vamos seguir a teoria de que a EA é um componente da EDS e um dos que contribuíram para sua conceituação. Enquanto a EDS se volta para as dimensões sociais, políticas e econômicas, a EA se concentra na dimensão ambiental. A Figura 2 representa opiniões dos participantes de uma pesquisa com 50 participantes de 25 países e apresentam quatro perspectivas de relação entre EA e EDS, sendo que a maioria considerou a EDS como o próximo estágio na evolução da EA ou uma nova geração de EA (Barbieri e Silva, 2011).

Figura 2 – Perspectivas sobre a relação entre EA e EDS



Fonte: Hasselink, Kempen e Wals (2000, p. 12) *apud* Barbieri, Silva (2011, p. 14)

Diante disso, “a educação para o desenvolvimento sustentável é um processo em que se aprende a tomar decisões que levem em consideração o futuro em longo prazo de igualdade, economia e ecologia de todas as comunidades” (UNESCO, 2005, p. 42). Diante disso, é importante destacar a questão educacional como uma prática fundamental para que as IES, pela formação, possam contribuir na qualificação de seus egressos, futuros tomadores de decisão, para que incluam em suas práticas profissionais a preocupação com as questões ambientais (TAUCHEN, BRANDLI, 2006).

2.3 O papel das Instituições de Ensino Superior

Ao longo da história, muitas foram as mudanças e as conquistas em relação ao desenvolvimento da educação. Estas mudanças são vistas não como resultado de um

fenômeno novo no contexto educacional, mas como consequência de novas ideias que estimulam uma transformação em toda sociedade. Desta forma, mudanças e, conseqüentemente inovações não podem ser negligenciadas pelas Instituições de Ensino Superior (Fiates *et al*, 2012).

Segundo a UNESCO (2000), para responder à complexidade da sociedade contemporânea, o desafio da educação superior é inovar no seu modelo pedagógico justamente em relação aos princípios éticos, à responsabilidade social e à sustentabilidade das organizações e conseqüentemente das nações, inserindo nos projetos pedagógicos uma visão de mundo mais global.

Para Mazza *et al* (2011, p. 8) “cabe às instituições de ensino a tarefa de protagonizar o desenvolvimento de projetos de educação e de gestão ambiental, como um meio viável para uma formação profissional consistente”. Entretanto, para Almeida e Kautzmann (2012, p. 2)

embora o tema ambiental esteja na ordem do dia em qualquer ação pública ou privada, de cunho local ou global, as questões do meio ambiente na universidade e nas empresas continuam a serem tratadas de forma departamentalizada; as propostas multidisciplinares carecem da interdisciplinaridade, e seus conceitos são abordados de forma fragmentada e isolada de um contexto sistêmico.

Ainda segundo os autores, uma possível estratégia para trabalhar a interdisciplinaridade, embasada na pedagogia freireana, seria, segundo Hogan (1995), ecologizar as disciplinas. Primeiro abrindo espaços nos currículos para a temática ambiental, depois criando vínculos informais com outras disciplinas, e, finalmente, como meta maior, promovendo a reformulação das disciplinas (ALMEIDA, KAUTZMANN, 2012).

De acordo com Almeida e Kautzmann (2012), Universidade e Empresa são partes de um mesmo sistema com a incumbência de produzir bens e conhecimento, onde uma promove o crescimento da outra. Assim, ambas são responsáveis pela formação de profissionais capacitados para a produção de bens, com qualidade e sustentabilidade ambiental. A inclusão da variável ambiental, tanto como da variável técnica, social e econômica, é imprescindível para a produção e a aplicação do conhecimento.

Entretanto, conforme o trabalho apresentado por Demajorovic, Junior, (2006), observa-se que na maioria dos gestores organizacionais, existe uma falta de conhecimento e um pequeno grau de conscientização crítica nas questões ambientais, por não terem recebido, desde sua formação no ensino fundamental, as informações que lhes dariam no mínimo um aporte teórico para repensar seus hábitos, valores e ações.

Portanto, visto que os profissionais envolvidos com a área de gestão possuem o desafio de minimizar os impactos negativos de decisões irresponsáveis que comprometam a organização, a sociedade e o futuro das nações, em 2007, foram desenvolvidos por uma organização internacional de sessenta reitores, presidentes de universidades e representantes oficiais das principais escolas de negócios e instituições acadêmicas os Princípios para Educação Empresarial Responsável (PRME) (PRME, 2007).

De acordo com Fiates *et al* (2012, p. 3) “esses princípios constituem uma plataforma voluntária de envolvimento de instituições acadêmicas, baseada em valores representados pelo tripé: Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade” (Quadro 1).

Quadro 1 - Princípios para Educação Empresarial Responsável

	Princípio 1 (propósito): Desenvolveremos as capacidades dos estudantes para que possam ser futuros geradores de valores sustentáveis para os negócios e a sociedade como um todo e para lutar por uma economia global inclusiva e sustentável.
	Princípio 2 (valores): Incorporaremos, em nossas atividades acadêmicas e curriculares, os valores de responsabilidade social global, conforme considerado em iniciativas internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas.
	Princípio 3 (método): Criaremos estruturas educacionais, materiais, processos e condições que permitam realizar experiências de aprendizagem eficazes para a liderança responsável.
	Princípio 4 (pesquisa): Engajar-nos-emos em pesquisas conceituais e empíricas que aumentem nosso entendimento sobre o papel e os impactos das empresas na criação de valor social, ambiental e econômico sustentável.
	Princípio 5 (parceria): Interagiremos com gestores de empresas para estender nosso conhecimento sobre seus desafios concernentes à junção das responsabilidades sociais e ambientais e para explorar conjuntamente abordagens eficazes para responder a esses desafios.
	Princípio 6 (diálogo): Facilitaremos e apoiaremos o diálogo e o debate entre educadores, empresas, consumidores, mídia, organizações da sociedade civil e outros grupos de interesse e partes interessadas sobre questões críticas sobre responsabilidade social e sustentabilidade global. Entendemos que nossas próprias práticas organizacionais devem servir como exemplo dos valores e das atitudes que transmitimos aos nossos alunos.

Fonte: PRME (2007)

De acordo com Barbieri, Silva (2011, p. 27), esse tipo de iniciativa voluntária, como o PRM, “visa colocar as IES como parceiras privilegiadas do desenvolvimento sustentável de modo explícito”, facilitando a inserção das IES no movimento do desenvolvimento sustentável e favorecendo o aprendizado entre as signatárias de um mesmo acordo.

Segundo a UNESCO (2007), as IESs deveriam expressar sua convicção na adoção de valores universais em seus currículos de ensino e atividades de pesquisa, contribuindo de fato com a construção de uma sociedade mais justa, pois “a educação é o principal agente de transformação para o desenvolvimento sustentável, aumentando a capacidade das pessoas de transformarem sua visão de sociedade em realidade” (UNESCO, 2005, p.41).

3 MÉTODO

De acordo com os objetivos propostos, trata-se de uma pesquisa descritiva, uma vez que como defendido por Gil (2002), o objetivo desse tipo de pesquisa é descrever as características de determinada população ou fenômeno e também demonstrar o estabelecimento de relações entre variáveis, além de se preocupar em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de determinados fenômenos.

Como população do estudo, tem-se as Instituições de Ensino Superior cadastradas no site e-MEC que ofertam o curso de Secretariado Executivo no grau Bacharelado e na modalidade presencial. Foram desconsiderados os cursos de grau Tecnológico e Sequencial. A amostra escolhida para o presente estudo foram os cursos que foram oferecidos no ano de 2011, portanto, as instituições que possuem autorização para ofertar o curso, mas não estão ofertando, foram desconsideradas. Também foram desconsideradas as IES que não possuíam

as matrizes curriculares em seus *websites* ou então as IES que não responderam aos e-mails dos pesquisadores solicitando as mesmas.

Com isso, inicialmente foi feita uma busca no *site* do MEC (e-MEC) com a palavra chave secretariado executivo. Logo em seguida foi realizado um filtro para o grau bacharelado e modalidade presencial. Foram identificados cento e seis cursos. Desconsiderando os casos supracitados, a amostra deste estudo contou com oitenta e seis cursos de Secretariado Executivo. Por fim, a estrutura curricular destes cursos foi pesquisada no *website* de cada instituição com o objetivo de verificar se os cursos estudados oferecem disciplinas que capacitam a formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Usaram-se as seguintes palavras-chaves: sustentabilidade, responsabilidade social, gestão ambiental, meio ambiente, educação ambiental e desenvolvimento sustentável. Foram identificados vinte e sete cursos.

Como limitação do estudo, tem-se a existência das disciplinas de Tópicos Especiais, Atividades Complementares e Seminários que mudam de ementa conforme a necessidade do curso, e pode ser que estudem temas relacionados ao desenvolvimento sustentável. Além desta limitação, tem-se a indisponibilidade de matrizes curriculares nos *websites* de algumas IES e a falta de um endereço eletrônico para contato com as coordenações dos cursos, diminuindo a amostra do estudo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 O curso de Secretariado Executivo

O curso de Secretariado Executivo tem como característica, a pluralidade dos temas abordados na formação dos profissionais. Nesse leque de disciplinas oferecidas, grande parte está voltada para a Administração, seja na Administração propriamente dita, ou em outras áreas como o Direito Administrativo, Ética e Redação empresarial, entre outras.

O enfoque administrativo dado ao curso está justificado pelo que diz o parágrafo único do artigo terceiro das Diretrizes Curriculares do Curso de Secretariado Executivo, que cita a importância do conhecimento da organização e de suas ações como um todo para o profissional possa exercer com excelência suas atribuições:

o bacharel em Secretariado Executivo deve apresentar sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise, interpretação e articulação de conceitos e realidades inerentes à administração pública e privada, ser apto para o domínio em outros ramos do saber, desenvolvendo postura reflexiva e crítica que fomente a capacidade de gerir e administrar processos e pessoas, com observância dos níveis graduais de tomada de decisão, bem como capaz para atuar nos níveis de comportamento microorganizacional, mesoorganizacional e macroorganizacional (BRASIL, 2005).

Com isso, os cursos de secretariado, assim como outros cursos, tem o desafio de colaborar para uma sociedade baseada em comportamentos social e ambientalmente responsáveis e a melhoria das habilidades, valores e competências humanas para uma real participação nos processos decisórios daqueles que batem à sua porta em busca de novos conhecimentos (SALGADO, CANTARINO, 2006).

4.2 Análise e discussão dos dados

Após a obtenção das matrizes curriculares das amostras estudadas, foi realizada uma análise das mesmas. O Gráfico 1 representa a distribuição geográfica dos oitenta e seis cursos estudados. Percebe-se maior concentração dos cursos na região Sudeste, com trinta dois cursos, seguido pela região Sul, Centro-Oeste, Nordeste e a menor concentração na região Norte, com apenas quatro cursos.

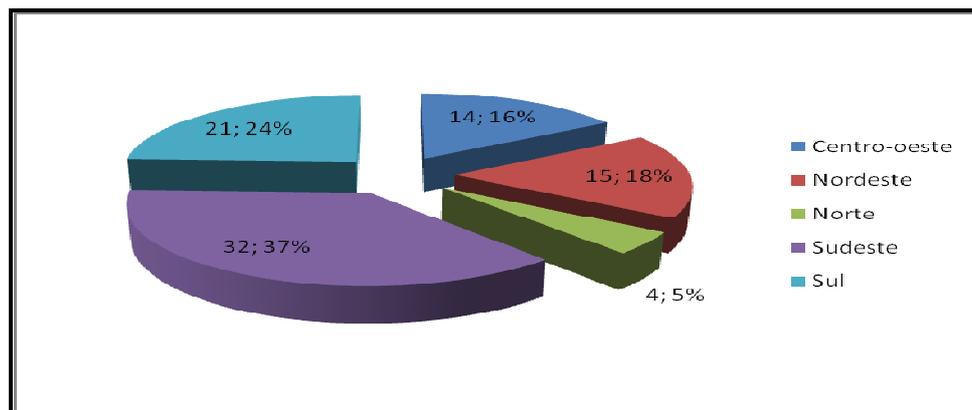


Gráfico 1. Distribuição geográfica dos cursos estudados

Dos oitenta e seis cursos estudados, apenas vinte e sete possuem disciplinas relacionadas à EDS, conforme demonstrado no Gráfico 2. Este percentual representa trinta e um por cento da amostra estudada, o que pode ser considerado um valor baixo, tendo em vista a importância do tema para a formação profissional, conforme as ideias de Mazza *et al* (2011, p. 8), que cita que “cabe às instituições de ensino a tarefa de protagonizar o desenvolvimento de projetos de educação e de gestão ambiental, como um meio viável para uma formação profissional consistente”.

Além disso, é de suma importância que coordenadores e professores percebam a importância destas disciplinas nas estruturas curriculares de seus cursos, pois, de acordo com Almeida e Kautzmann (2012) debates relacionados à área do desenvolvimento sustentável, levam a formação de profissionais que compreendam e tenham atitudes proativas nesta questão.

Deve-se lembrar que as disciplinas Tópicos Especiais e Seminários têm ementas flexíveis de forma a atender a demandas dos alunos e, portanto, o número de cursos com as disciplinas relacionadas à EDS pode variar.

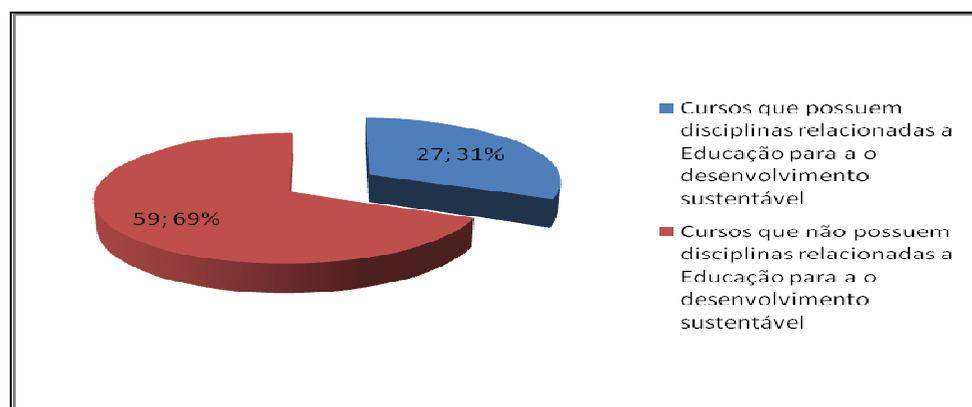


Gráfico 2. Cursos que possuem disciplinas relacionadas a Educação para o desenvolvimento sustentável

Para os cinquenta e nove cursos estudados que ainda não possuem em suas matrizes curriculares disciplinas relacionadas a EDS, é importante, conforme as ideias de Almeida e Kautzmann (2012) abrir espaços nos currículos para a temática ambiental, depois criar vínculos informais com outras disciplinas, e, finalmente, como meta maior, promover a reformulação das disciplinas.

Os vinte e seis cursos que possuem disciplinas relacionadas a Educação para o desenvolvimento sustentável são de vinte e quatro IES. O Quadro 2 representa estas

instituições, a região em que a mesma está localizada e a (s) disciplinas (s) ofertadas aos estudantes.

Instituição	Região	Disciplina
Centro Universitário Assunção	Sudeste	Gestão Secretarial, Empreendedorismo e Sustentabilidade I Gestão Secretarial, Empreendedorismo e Sustentabilidade II
Centro Universitário de Lins	Sudeste	Ética e Responsabilidade Social
Centro Universitário Internacional	Sul	Gestão Secretarial: Empreendedorismo e Sustentabilidade
Escola Superior de Relações Públicas	Nordeste	Responsabilidade Social
Faculdade Afirmativo	Centro-oeste	Ética e Responsabilidade Social
Faculdade Atenas Maranhense	Nordeste	Gestão de Meio Ambiente
Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina	Nordeste	Desenvolvimento Sustentável
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas de Garanhuns	Nordeste	Gestão Ambiental
Faculdade Estácio de Alagoas	Nordeste	Ética e Responsabilidade Social
Faculdade Metodista de Ciências Humanas e Exatas	Sudeste	Ética Profissional e Responsabilidade Social
Faculdade Sant'ana	Sul	Desenvolvimento Sustentável
Faculdade Sumaré	Sudeste	Sustentabilidade e Responsabilidade Social
Faculdades Integradas da Upis	Sudeste	Relações Públicas e Responsabilidade Social
Focca - Faculdade De Olinda	Nordeste	Ética e Responsabilidade Social
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	Centro-oeste	Gestão Ambiental
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Sudeste	Empresas e Responsabilidade Social
Universidade Católica do Salvador	Nordeste	Educação Ambiental
Universidade Estácio de Sá	Sudeste	Ética e Responsabilidade Social
Universidade Estadual de Londrina	Sul	Ética Empresarial e Responsabilidade Social para Secretariado Executivo
Universidade Estadual do Centro Oeste	Sul	Fundamentos de Responsabilidade Social e Profissional em Secretariado Executivo
Universidade Federal de Roraima	Norte	Gestão Ambiental e Responsabilidade Social
Universidade Metodista de São Paulo	Sudeste	Sustentabilidade
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	Sul	Ética Empresarial e Responsabilidade Social

Quadro 2 – disciplinas relacionadas a Educação para o desenvolvimento sustentável

O Quadro 1 representa a diversidade na nomenclatura das disciplinas e na maioria dos casos os temas são estudados concomitantemente, como por exemplo ética e responsabilidade social. Apenas na Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina a disciplina recebe o nome de “Desenvolvimento sustentável”. Na Universidade Metodista de São Paulo a disciplina voltada para a área de EDS tem o nome de “Sustentabilidade”.

O Gráfico 3 apresenta os cursos que possuem disciplinas relacionadas a Educação para o desenvolvimento sustentável e sua localização por região. Percebe-se que dos trinta e dois cursos estudados da Região Sudeste, apenas oito deles, ou seja, vinte e cinco por cento, apresentam disciplinas relacionadas a Educação para o desenvolvimento sustentável. Já na região Sul, este percentual é maior (trinta e três por cento).

Na Região Nordeste, a porcentagem de cursos que possuem disciplinas relacionadas a EDS é de cinquenta e três por cento e na Região Norte este percentual é de vinte e cinco por cento. Já na Região Centro-Oeste, a porcentagem de cursos que possuem disciplinas relacionadas a EDS é de sete por cento.

Comparando-se o número de cursos de Secretariado Executivo analisados por região, era esperado que a região Sudeste, por oferecer o maior número de cursos (Gráfico 1), obtivesse o maior número de cursos oferecendo disciplinas relacionadas à EDS. Entretanto, a região Nordeste, apesar da diferença em números de cursos - menos da metade comparada à região sudeste - apresentou o mesmo número de cursos com disciplinas relacionadas à EDS.

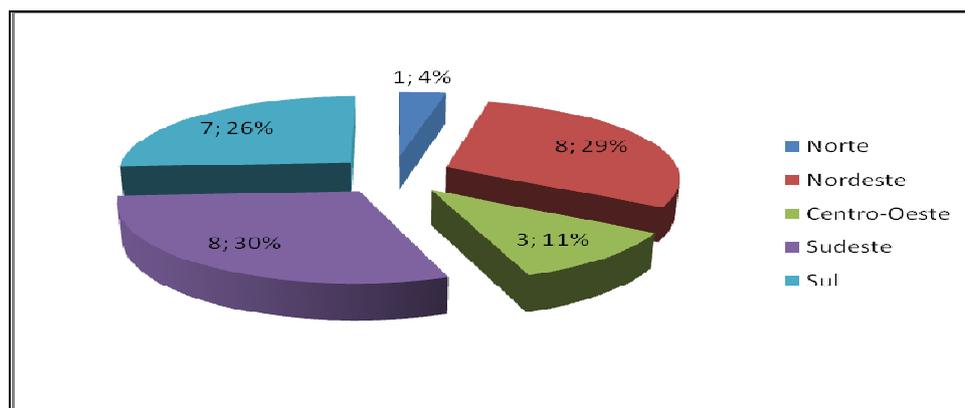


Gráfico 3. Cursos que possuem disciplinas relacionadas a educação para o desenvolvimento sustentável por região geográfica

Pode-se concluir que apesar da Região Sudeste possuir a maior quantidade de cursos de Secretariado na amostra deste estudo, a Região não apresenta a maior porcentagem de cursos que possuem disciplinas relacionadas a EDS por região geográfica. A maior porcentagem pertence a Região Nordeste, com oito cursos, em uma amostra de quinze cursos.

Com relação ao setor da educação das vinte e quatro IES que possuem cursos de Secretariado que oferecem disciplinas relacionadas a EDS, oitenta e três por cento delas são privadas e apenas dezessete são IES públicas, conforme Gráfico 4.

Este dado pode ser explicado pelo fato de que as instituições privadas têm mais autonomia no que se refere à mudança de suas grades e ementas de disciplinas. Na Universidade Pública, os trâmites burocráticos e as várias instâncias podem acabar engessando o sistema e fazendo com que novos temas não sejam incluídos nas ementas. Deve-se ressaltar que a análise feita neste trabalho estudou apenas os nomes das disciplinas e não as ementas propriamente ditas, portanto, o tema pode constar em determinadas ementas, mas não foram contemplados nesta pesquisa.

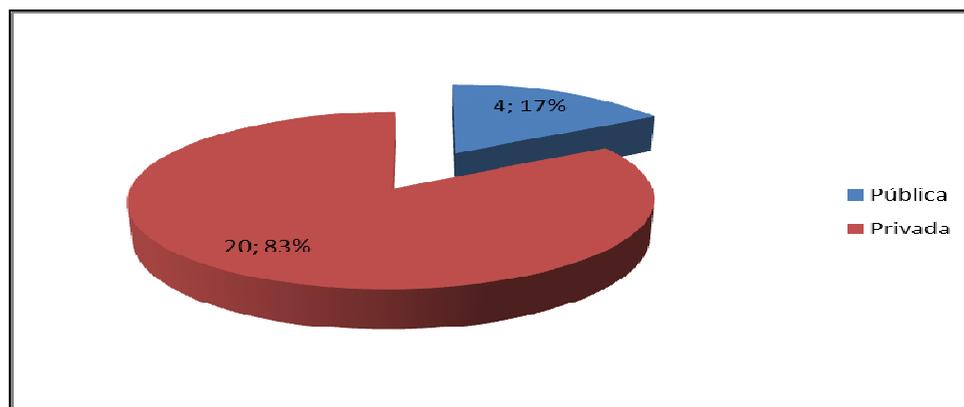


Gráfico 4. IES que possuem disciplinas relacionadas a Educação para o desenvolvimento sustentável de por setores da educação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, concluiu-se que as disciplinas relacionadas à educação para o desenvolvimento sustentável estão presentes em apenas vinte sete cursos dos oitenta e seis estudados de Secretariado Executivo. Este número mostra que os cursos estudados ainda não possuem dentre seus objetivos formar profissionais preparados para a realidade atual: o desenvolvimento sustentável. É de suma importância que disciplinas relacionadas a esta temática sejam contempladas nas estruturas curriculares como disciplinas obrigatórias, para que os egressos sejam capazes de desenvolver projetos e ações de desenvolvimento sustentável dentro de seus ambientes de trabalho.

Foi possível perceber, que alguns cursos contemplam disciplinas apenas focadas na esfera ambiental e outros apenas na esfera social. É importante que as disciplinas foquem nestas duas áreas acrescentando ainda a esfera econômica, conforme as ideias de Almeida e Kautzmann (2012), pois é necessário reafirmar a indissociabilidade entre estas três esferas.

Pode-se inferir também que para que o estudante atinja o perfil do profissional de Secretariado Executivo constante nas diretrizes curriculares citadas (BRASIL, 2005), a educação voltada para o desenvolvimento sustentável deve fazer parte da estrutura curricular, permitindo que o mesmo tenha postura crítica e reflexiva sobre todos os aspectos da tomada de decisão do gestor que está assessorando.

Além de inserir o tema nas ementas das disciplinas, os ambientes universitários devem propiciar ao aluno vivenciar a prática do desenvolvimento sustentável, conscientizando-os dos efeitos decorrentes de suas ações diárias.

Para futuros estudos, sugere-se um estudo detalhado das ementas das disciplinas citadas na presente pesquisa, com o objetivo de verificar quais conteúdos estão sendo abordados especificamente e de que forma eles contribuem para o futuro profissional de Secretariado Executivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Julio Cesar Touguinha de; KAUTZMANN, Rubens Müller. A educação ambiental (EA) na universidade e na empresa. **Revista de Ciências Ambientais**, Canoas, v.6, n.1, p. 117-136, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 abril de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 3, DE 23 de junho de 2005. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo**

e dá outras providências. Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf>. Acesso em 11 jan 2012.

DEMAJORAVIC, James; JUNIOR, Alcir Vilela (2006). **Modelos e ferramentas de gestão ambiental: desafios e perspectivas para as organizações**. São Paulo: Editora SENAC.

FIATES, Gabriela Gonçalves Silveira; PARENTE, Edna Ghiorzi Varela; LEITE, André Luís da Silva; PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Revista eletrônica Estratégia & Negócios**, Florianópolis, v.5, n.1, p. 3-27, jan./abr. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** (2002). 4. ed. São Paulo: Atlas.

HOGAN, D. J. **Considerações sobre interdisciplinaridade**. Campinas: Unicamp, 1995, 95 p.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. A universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, v. 3, n. 2, nov./2004.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Responsabilidade Social – Uma alavanca para Sustentabilidade. 2004b**. Disponível em:

<http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=11&cod_artigo=200>. Acesso em 10 de jan 2012.

MAZZA, Ingrid; OLIVEIRA, Leonel Gois Lima; RAMOS, Roberto Rodrigues; COSTA, Francisco José da. Importância percebida e intenções de envolvimento com a gestão social e a ambiental: uma análise comparativa junto a estudantes de curso de administração. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 9, n. 2, jul/dez 2011.

PRINCIPLES FOR RESPONSIBLE MANAGEMENT EDUCATION (PRME). Principles for responsible management education. Disponível em: < <http://www.unprme.org/the-6-principles/index.php>>. Acesso em 20 nov 2012.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (2006). **Responsabilidade Social Empresarial – Teoria e Prática**. 2. Ed. Editora FGV. Rio de Janeiro.

SALGADO, Maria Francisca de Miranda Adad; CANTARINO, Anderson Américo Alves. O papel das instituições de ensino superior na formação socioambiental dos futuros profissionais. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção. **Anais eletrônicos...**

Fortaleza, CE, 2006. Disponível em: <

http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR560372_8269.pdf>. Acesso em 31 out 2012.

SNEDDON, Chris; HOWARTH, Richard; NORGAARD, Richard B. Sustainable development in a post-Brundtland world. **Ecological Economics**, v. 57, p. 253– 268, 2006.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v.13, n.3, p.503-515, set.-dez. 2006.

UNESCO. Fórum Mundial de Educação. Cadre d'áction de Dakar. **L'Éducation pour tous tenir nos engagements collectifs**. 2000. Disponível em: <

<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001211/121147f.pdf>>. Acesso em: 20 out 2012.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável**, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005. 120p.

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO (2012). **Módulos do curso de Secretariado Executivo Bilíngue**. Disponível em: <

<http://www.metodista.br/secretariado/modulos/modulos>>. Acesso em 15 jan 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (2011). Ementas do curso de Secretariado Executivo. **Catálogo de Graduação de 2011**. Disponível em:

<[http://www.uel.br/prograd/catalogo-](http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/catalogo_2011/ementas/secretariado_executivo.pdf)

[cursos/catalogo_2011/ementas/secretariado_executivo.pdf](http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/catalogo_2011/ementas/secretariado_executivo.pdf)>. Acesso em 12 jan 2012.

ISSN Nº 2237-051X

WORLD COMMISSION ENVIRONMENT DEVELOPMENT. **Report of the World Commission on Environment and Development**: Our Common Future. 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em 09 jun 2010.